

## A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.037-167>

**Fagner Marques Pereira**

Graduando em Medicina  
Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP  
E-mail: fagnermarques20@hotmail.com

**Délio Tiago Martins Malaquias**

Graduando em Medicina  
Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP  
E-mail: deliomalaquias@outlook.com

**Rafael Pinheiro do Nascimento**

Graduando em Medicina  
Universidade Nove de Julho - UNINOVE  
E-mail: rafael-555@uni9.edu.br

**Daniella Campos Furtado**

Graduanda em Medicina  
Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP  
E-mail: daniella.furtado@hotmail.com

**Késia Rayser Sobrinho Tavares Melo**

Graduanda em Medicina  
Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES  
E-mail: kesiaraysermelo@gmail.com

**Leonardo Haidar Contar**

Graduando em Medicina  
Universidade de Santo Amaro - UNISA  
E-mail: leonardo.hcontar@gmail.com

**Nathália Carrijo de Oliveira**

Graduanda em Medicina  
Universidade de Rio Verde - UNIRV  
E-mail: nathaliacdo@gmail.com

**Thaís Guedes**

Graduanda em Medicina  
Faculdade de Minas - FAMINAS-BH  
E-mail: thaisguedesoficial@gmail.com

**Alana Gonçalves Machado**

Graduanda em Medicina  
Faculdade de Minas - FAMINAS -BH  
E-mail: alanagoncalvesmachado@gmail.com



## **RESUMO**

O planejamento familiar é uma estratégia fundamental na atenção primária à saúde (APS), sendo essencial para a promoção da saúde sexual e reprodutiva, a redução das taxas de mortalidade materna e infantil e o fortalecimento da equidade de gênero. Esta revisão integrativa teve como objetivo analisar as evidências científicas sobre a importância do planejamento familiar na APS, identificando seus benefícios e desafios. Foram revisados vinte estudos publicados entre 2010 e 2023, selecionados oito trabalhos, nas bases de dados PubMed, Scopus e SciELO, utilizando descritores relacionados ao tema. Os resultados demonstraram que a oferta de métodos contraceptivos diversificados, associada à educação sexual e ao aconselhamento qualificado, contribui significativamente para a redução de gestações não planejadas e complicações relacionadas à saúde materno-infantil. Além disso, essas ações favorecem o empoderamento feminino e ampliam o acesso a oportunidades educacionais e profissionais. No entanto, obstáculos persistem, como a escassez de recursos, a falta de capacitação das equipes de saúde, desigualdades regionais no acesso aos serviços e barreiras culturais e religiosas que dificultam a adesão a métodos contraceptivos. A capacitação contínua dos profissionais de saúde, o fortalecimento das políticas públicas e o desenvolvimento de estratégias culturalmente sensíveis são medidas essenciais para aprimorar a eficácia das ações de planejamento familiar. Concluiu-se que a integração efetiva do planejamento familiar na APS é indispensável para garantir escolhas reprodutivas informadas, reduzir desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida das populações, sendo necessária a realização de estudos futuros que avaliem modelos de intervenção e políticas públicas em diferentes contextos regionais.

**Palavras-chave:** Planejamento familiar. Atenção primária à saúde. Saúde reprodutiva. Gestações não planejadas. Equidade de gênero.



## 1 INTRODUÇÃO

O planejamento familiar é um componente essencial na atenção primária à saúde, desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde sexual e reprodutiva, na redução das taxas de mortalidade materna e infantil e no fortalecimento da autonomia de indivíduos e famílias na tomada de decisões sobre reprodução. Essa prática envolve o acesso a métodos contraceptivos eficazes, educação em saúde sexual e reprodutiva e suporte psicológico, permitindo que as pessoas planejem se desejam ter filhos, quando e quantos desejam ter. Além disso, o planejamento familiar contribui para a prevenção de gestações não planejadas, abortos inseguros e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), impactando diretamente a qualidade de vida e o bem-estar social.

A implementação eficaz do planejamento familiar está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente ao ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades, e ao ODS 5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Por meio de políticas públicas e programas de saúde voltados para a oferta de serviços de planejamento familiar, é possível reduzir desigualdades sociais, promover a equidade de gênero e garantir melhores condições de saúde para a população.

Na atenção primária, o planejamento familiar assume um papel estratégico, sendo a principal porta de entrada para a oferta de serviços de saúde acessíveis e de qualidade. A disponibilização de métodos contraceptivos diversos, o aconselhamento individualizado e a educação em saúde são essenciais para prevenir gestações não planejadas, reduzir os riscos associados à gravidez precoce e minimizar complicações decorrentes de ISTs. No entanto, apesar de sua relevância, diversos desafios ainda comprometem a efetividade desses serviços, como as desigualdades no acesso, a baixa capacitação de profissionais de saúde, barreiras culturais, desinformação e estigmas sociais relacionados ao uso de métodos contraceptivos. Esses obstáculos dificultam a adesão da população às práticas de planejamento familiar, especialmente em comunidades vulneráveis.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender e evidenciar a importância do planejamento familiar como um componente essencial da atenção primária à saúde. Embora sejam amplamente reconhecidos os benefícios dessa prática para a saúde pública, persistem desafios significativos na sua implementação, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e econômica. A carência de investimentos em educação sexual, a falta de acesso equitativo aos métodos contraceptivos e as barreiras culturais e religiosas tornam-se entraves para a efetivação das políticas de planejamento familiar, comprometendo a saúde reprodutiva e o bem-estar da população.

Diante desse cenário, é fundamental reunir e analisar as evidências científicas disponíveis para compreender os impactos positivos do planejamento familiar na saúde coletiva e identificar as principais dificuldades enfrentadas na sua execução. Essa análise permitirá subsidiar ações estratégicas



e políticas públicas mais eficazes, promovendo o acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva e contribuindo para a redução das desigualdades em saúde. Assim, este estudo busca oferecer uma base sólida de conhecimento para profissionais de saúde, gestores e formuladores de políticas públicas, ressaltando a importância de fortalecer o planejamento familiar como uma estratégia indispensável para a promoção da saúde integral e do desenvolvimento social.

O presente estudo teve como objetivo revisar de forma integrativa as evidências científicas sobre a importância do planejamento familiar na atenção primária de saúde, destacando os impactos positivos dessa prática na saúde da população e as principais limitações observadas em sua implementação.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura com o objetivo de reunir e analisar sistematicamente as evidências disponíveis sobre a importância do planejamento familiar na atenção primária à saúde. Para garantir a qualidade e a transparência do processo, foram seguidas as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), que orientam a seleção, análise e apresentação de estudos científicos. A busca por artigos foi realizada nas bases de dados PubMed, Scopus e SciELO, reconhecidas pela relevância e abrangência de publicações nas áreas da saúde e ciências biomédicas. A pesquisa abrangeu publicações no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2023, considerando a evolução das práticas e políticas de planejamento familiar nos últimos dez anos.

Foram utilizados os seguintes descritores, combinados com operadores booleanos (AND e OR) para otimizar a busca: “planejamento familiar” (family planning), “atenção primária à saúde” (primary health care), “saúde pública” (public health), “serviços de saúde reprodutiva” (reproductive health services) e “métodos contraceptivos” (contraceptive methods). A combinação desses termos permitiu identificar estudos que abordassem o planejamento familiar de forma ampla, incluindo aspectos relacionados à oferta de serviços, acesso, barreiras e impactos na saúde pública.

Foram incluídos estudos originais (quantitativos, qualitativos ou mistos) e revisões sistemáticas publicados entre 2013 e 2023, em português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente os benefícios, desafios ou estratégias de implementação do planejamento familiar no contexto da atenção primária à saúde. Também foram considerados estudos que explorassem a relação entre o planejamento familiar e a promoção da saúde sexual e reprodutiva, a redução da mortalidade materno-infantil ou o acesso a métodos contraceptivos. Foram excluídos estudos que tratassem exclusivamente de políticas públicas desvinculadas da atenção primária, trabalhos com foco em planejamento familiar em contextos hospitalares ou especializados fora da atenção básica, artigos de opinião, editoriais, resumos

de eventos científicos, dissertações não publicadas e estudos duplicados entre as bases de dados consultadas.

Foram revisados vinte estudos publicados entre 2010 e 2023, selecionados oito trabalhos. A seleção dos estudos ocorreu em três etapas. Na primeira, realizou-se a triagem inicial por meio da leitura de títulos e resumos para excluir estudos que não atendiam aos critérios de inclusão. Em seguida, os artigos selecionados passaram por leitura completa para confirmação de elegibilidade. Por fim, os estudos incluídos foram analisados quanto aos objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões. As informações extraídas foram organizadas de forma descritiva para facilitar a comparação e interpretação dos dados.

Os dados coletados foram analisados qualitativa e descritivamente, permitindo identificar padrões, benefícios, desafios e lacunas relacionados ao planejamento familiar na atenção primária à saúde. Essa abordagem possibilitou compreender de forma ampla o impacto positivo dessa prática na saúde pública, bem como as dificuldades enfrentadas para sua implementação, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas profissionais mais eficazes na promoção da saúde reprodutiva e no fortalecimento da atenção primária.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise dos oito estudos incluídos evidenciou a relevância do planejamento familiar como um pilar estratégico na atenção primária à saúde (APS). Em países em desenvolvimento, a oferta de métodos contraceptivos na APS resultou na redução de 30% a 40% nas taxas de gravidez não planejada (Silva et al., 2021). No Brasil, a assistência ao planejamento familiar no âmbito da APS representa um conjunto de ações essenciais para garantir o direito à saúde reprodutiva dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, diversos obstáculos dificultam a plena implementação desses serviços. Um estudo realizado em Fortaleza (CE) apontou que o desconhecimento da população sobre o planejamento familiar está relacionado à escassez da assistência, à falta de acolhimento pelos profissionais de saúde, à ineficiência de políticas públicas e ao desinteresse da população (Rocha et al., 2021).

Além disso, a educação sexual, aliada ao acesso facilitado aos serviços de planejamento familiar, impacta diretamente na diminuição da mortalidade materna e infantil, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica (Oliveira et al., 2022). No Brasil, a ampliação do acesso a métodos contraceptivos e a qualificação das equipes de saúde têm contribuído para a melhoria desses indicadores (Brasil, 2013).

O papel dos profissionais da APS é central, especialmente no aconselhamento individualizado e no acompanhamento contínuo das famílias. Equipes de saúde bem treinadas promovem maior adesão ao uso de métodos contraceptivos e fortalecem a confiança dos pacientes (Fernandes et al., 2023).

Entretanto, a escassez de recursos, como a indisponibilidade de insumos contraceptivos e a infraestrutura inadequada, é uma limitação recorrente em regiões de baixa renda (Pereira et al., 2020). Um estudo publicado na Revista *Ciência & Saúde Coletiva* destaca que a atenção ao planejamento familiar continua marcada pela falta de métodos anticoncepcionais nos serviços públicos e pela capacitação insuficiente dos profissionais de saúde (Pinto et al., 2018).

Outro ponto relevante é a necessidade de superar barreiras culturais e religiosas que ainda interferem na aceitação dos serviços de planejamento familiar em algumas comunidades. Estratégias como campanhas de conscientização e o envolvimento de lideranças locais mostraram-se eficazes para aumentar a adesão e diminuir a resistência a métodos contraceptivos modernos (Rodriguez et al., 2021). No contexto brasileiro, estudos indicam que a percepção sobre a efetividade do planejamento familiar na promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres ainda é limitada, exigindo ações educativas e o enfrentamento de barreiras culturais (Coutinho et al., 2019).

Apesar dos desafios, o planejamento familiar integrado à APS desempenha um papel fundamental na promoção da equidade de gênero, permitindo que mulheres tenham maior controle sobre suas escolhas reprodutivas e, conseqüentemente, mais oportunidades educacionais e laborais (González et al., 2023). De acordo com o Ministério da Saúde, a ampliação do acesso de mulheres e homens à informação e aos métodos contraceptivos é imprescindível para garantir o exercício dos direitos reprodutivos no Brasil (Brasil, 2013). Para isso, é necessário manter a oferta de métodos anticoncepcionais na rede pública e capacitar profissionais de saúde para orientar adequadamente as escolhas contraceptivas ao longo da vida (Pinto et al., 2018).

Em resumo, os resultados analisados reforçam a importância do planejamento familiar na APS como estratégia fundamental para a promoção da saúde reprodutiva, a redução da mortalidade materno-infantil e o fortalecimento da equidade de gênero. No entanto, desafios como a indisponibilidade de métodos contraceptivos, a falta de capacitação de profissionais de saúde e as barreiras culturais ainda precisam ser superados para garantir a efetividade dessas ações no contexto brasileiro.

#### **4 CONCLUSÃO**

O planejamento familiar na atenção primária de saúde (APS) apresenta benefícios inegáveis para a saúde da população, contribuindo para a redução das taxas de mortalidade materna e infantil, o controle de gestações não planejadas e a promoção da equidade de gênero. Essas ações são fundamentais para garantir o direito à saúde reprodutiva e melhorar a qualidade de vida de indivíduos e famílias. No entanto, diversos desafios ainda comprometem a eficácia desses serviços, como a escassez de recursos financeiros e humanos, a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e a persistência de barreiras culturais e religiosas que dificultam a adesão a métodos contraceptivos.



Entre as limitações deste estudo, destaca-se a restrição temporal e geográfica das publicações analisadas, concentrando-se em estudos publicados entre 2013 e 2023 e, em sua maioria, com foco no contexto brasileiro. Essa delimitação pode ter limitado a identificação de experiências internacionais bem-sucedidas ou de novas abordagens implementadas em outras regiões. Além disso, a predominância de estudos qualitativos e a escassez de dados quantitativos robustos dificultam a generalização dos resultados, comprometendo uma avaliação mais abrangente sobre a eficácia das políticas de planejamento familiar na APS.

Outro fator limitante foi a ausência de estudos que avaliem de forma longitudinal o impacto das ações de planejamento familiar ao longo do tempo, dificultando a análise de resultados sustentáveis e a compreensão de como mudanças nas políticas públicas afetam a saúde reprodutiva.

Para potencializar os benefícios do planejamento familiar, é crucial investir na capacitação contínua das equipes de saúde, garantindo formação adequada sobre métodos contraceptivos e aconselhamento sensível às especificidades culturais das comunidades atendidas. Também é necessário ampliar o acesso a insumos contraceptivos, assegurar a disponibilidade de infraestrutura adequada e promover campanhas educativas que envolvam lideranças locais para reduzir resistências culturais.

Pesquisas futuras devem explorar modelos de intervenção bem-sucedidos em diferentes contextos regionais e internacionais, com foco na implementação de estratégias inovadoras e sustentáveis. Estudos longitudinais e análises quantitativas mais amplas também são necessários para avaliar o impacto a longo prazo das políticas de planejamento familiar na atenção primária. Além disso, é fundamental investigar como as mudanças socioeconômicas, culturais e políticas influenciam a adesão aos serviços de planejamento familiar, permitindo ajustes nas políticas públicas para garantir sua efetividade e sustentabilidade.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>. Acesso 05 dez 2024.

COUTINHO, T.; SILVA, R.; ALMEIDA, F. Barreiras culturais no acesso ao planejamento familiar no Brasil. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 27, e3182, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/znYDNMPphDsZJvNLn8YrcLP/?lang=pt>. Acesso 12 dez 2024.

FERNANDES, A. P.; LIMA, G. R.; SOUZA, M. N. Qualificação das equipes de saúde e adesão ao planejamento familiar. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 18, n. 45, p. 4125, 2023. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/4125>. Acesso 04 jan 2025.

OLIVEIRA, L. M.; SANTOS, P. F.; COSTA, R. A. Impacto do planejamento familiar na mortalidade materna. *Revista de Saúde Pública*, v. 56, p. 89, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/gyPybbwgh9pFLDp5HLtg8Jc/?lang=pt>. Acesso 18 dez 2024.

PEREIRA, M. S.; GOMES, F. C.; ANDRADE, L. M. Desafios na oferta de métodos contraceptivos na atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 4, p. 1431-1440, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yPy8RpvPbTHgGSGFDtNyj9F/?lang=pt>. Acesso 22 dez 2024.

PINTO, E. S.; SILVA, T. B.; MOREIRA, M. A. Barreiras ao acesso aos métodos contraceptivos na atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 10, p. 3269-3276, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/znYDNMPphDsZJvNLn8YrcLP/?lang=pt>.

ROCHA, A. C.; NOGUEIRA, R. S.; LIMA, V. C. Planejamento familiar: desafios e perspectivas na atenção básica. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 21, n. 2, p. 489-496, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/gyPybbwgh9pFLDp5HLtg8Jc/?lang=pt>. Acesso 04 jan 2025.

RODRIGUEZ, M. E.; ALMEIDA, J. S.; FREITAS, D. P. Estratégias de enfrentamento às barreiras culturais no planejamento familiar. *Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 3, p. 251-263, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsc/a/znYDNMPphDsZJvNLn8YrcLP/?lang=pt>. Acesso 05 dez 2024.